

Brasil respira com o pacote

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

A principal pergunta a ser respondida agora, na área das contas externas brasileiras, é por quantos meses o Brasil conseguirá se virar com o pacote que acaba de ser aprovado pelo Fundo Monetário Internacional: são US\$ 11,2 bilhões pelas contas anteriores, que serão desbloqueados em consequência do aval dado pelo FMI. A primeira consequência já se fez sentir: ontem pela manhã o Clube de Paris, que reúne os 16 países industrializados, aceitou também renegociar a dívida brasileira para com seus governos num total de US\$ 3,7 bilhões.

O próximo passo do Governo brasileiro é assinar, no máximo até meados de dezembro, os contratos com cerca de oitocentos bancos credores de todo o mundo, que só estavam esperando a decisão do FMI para levar adiante suas promessas de liberar mais recursos. Na prática, entretanto, o Brasil não verá a cor do dinheiro, de imediato: do pacote de pouco mais de US\$ 11 bilhões, os bancos privados entrarão com apenas US\$ 6,5 bilhões em novos recursos para este ano e o próximo. Deste total, o Brasil espera obter imediatamente um adiantamento de US\$ 3 bilhões, que servirá para pagar os atrasados antes do final do ano.

Fazem parte do pacote, ainda, cerca de US\$ 2,5 bilhões em garantia de crédito comercial (para importações e exportações), que serão concedidos pelos governos dos Estados Unidos, Canadá, Japão e da Europa Ocidental. Há dúvidas sobre a participação da Inglaterra nestes créditos comerciais, já que o governo britânico — que detém a decisão sobre a parcela que lhe caberia no pacote — quer condicionar a liberação a uma mudança de atitude do Bra-

sil diante do conflito em torno das Ilhas Malvinas, procurando obter autorização regular de pouso de aviões ingleses na rota para o Atlântico Sul.

O restante do pacote corresponde à dívida brasileira para com os governos dos 16 países do Clube de Paris: esta dívida, estimada originalmente em US\$ 2 bilhões, acabou sendo elevada para US\$ 3,7 bilhões porque os representantes dos governos credores aceitaram incluir outros tipos de débitos. Neste caso também não há entrada de dinheiro, mas o Brasil deixara de pagar esta quantia ainda este ano (US\$ 800 milhões) e no próximo, devendo fazê-lo agora com prazo de nove anos, incluindo cinco de carência. Além disso, o aval do FMI abre caminho para que o Brasil acerte nos próximos dias a questão dos créditos comerciais e interbancários.

No primeiro caso estão envolvidos cerca de US\$ 10 bilhões sob a forma de linhas de crédito de curto prazo, que os bancos estrangeiros prometerem manter abertas para utilização no financiamento das exportações e importações brasileiras. No segundo caso, os banqueiros estão se comprometendo também a manter abertas as linhas interbancárias, representadas pelos depósitos dos estabelecimentos de crédito nas agências de bancos brasileiros no exterior, cujo saldo de US\$ 10 bilhões há um ano e meio acabou ficando em apenas US\$ 6,2 bilhões. Estes recursos também não entram diretamente no País, mas teriam que ser pagos se as linhas de crédito não fossem reativadas.

Entrada de recursos mesmo só vai ocorrer no caso dos créditos concedidos pelo Fundo Monetário Internacional: quando o Brasil assinou o primeiro acordo com aquele organismo, no final do ano passado, ficou acertado que o

País receberia ao longo de três anos o total de US\$ 4 bilhões, sob a forma de crédito ampliado para reequilibrar o balanço de pagamentos e formar reservas. Uma parte dos recursos começou a entrar, mas as parcelas de maio em diante foram bloqueadas porque o Governo não cumpriu as metas do "programa de ajustamento econômico". Por isso foi preciso refazer o acordo, com novas metas, que acaba de ser aprovado. O FMI vai liberar até o próximo dia 30 cerca de US\$ 1,2 bilhão ao Brasil, que usará o dinheiro para formar reservas (até então negativas). Serão liberados também cerca de US\$ 67 milhões, para a formação de estoques de açúcar, com o objetivo de não influir nas cotações.

No final das contas, os banqueiros se deram bem: a dívida externa brasileira aumenta mais alguns bilhões de dólares com a assinatura dos novos empréstimos. E eles não serão obrigados a lançar como prejuízos, em seus balanços do final do ano, os débitos atrasados. Além disso, os bancos concordaram também em rolar cerca de US\$ 5,3 bilhões referentes a amortizações que o Brasil teria que pagar em 1984, e que agora são transformados em novos empréstimos com nove anos de prazo e cinco de carência. Em resumo: o Brasil saiu do alívio neste final do ano e deve fechar seu balanço de pagamentos sem maiores problemas. O Governo espera passar todo o ano de 1981 sem ter que enfrentar novamente estas negociações pouco confortáveis. Mas os recursos são insuficientes, e até o segundo semestre do próximo ano o País deverá voltar a pedir dinheiro emprestado lá fora ou, então, partira para renegociar toda a dívida externa, incluindo os pagamentos de US\$ 11 bilhões anuais de juros, que continuarão dentro do acerto atual.